

Demonstrações Financeiras

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Junho/2026

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS.....	10
8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS.....	11
9. NOTAS EXPLICATIVAS	12
1 - Contexto Operacional	12
2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	12
3 - Principais Práticas Contábeis da Administradora de Consórcios.....	13
4 - Principais Práticas Contábeis dos Grupos de Consórcios.....	18
5 - Resumo das Operações de Consórcios.....	19
6 - Caixa e Equivalente a Caixa (Administradora).....	19
7 - Ativos Financeiros (Administradora)	20
8 - Outros Ativos (Administradora)	21
9 - Outros Passivos Financeiros (Administradora)	21
10 - Provisões Cíveis e Fiscais e Passivos Contingentes (Administradora)	21
11 - Outros Passivos (Administradora)	22
12 - Patrimônio Líquido (Administradora)	22
13 - Receita de Prestação de Serviços (Administradora)	23
14 - Outras Despesas Administrativas (Administradora)	24
15 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Administradora)	24
16 - Transações com Partes Relacionadas (Administradora)	25
17 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes (Administradora)	26
18 - Aplicações Financeiras (Grupos de Consórcios).....	26
19 - Direitos Junto a Consorciados Contemplados (Grupos de Consórcios).....	26
20 - Gerenciamento de Risco	27
PARECER CONSELHO FISCAL	28
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	29



Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes,

A Administração da Banrisul Consórcios apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as disposições normativas aplicáveis às administradoras de consórcio. Essas demonstrações refletem o desempenho econômico-financeiro da Companhia, bem como os principais eventos que marcaram sua atuação ao longo do período.

A Banrisul Consórcios atua na administração de grupos de consórcio voltados à aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, máquinas e equipamentos agrícolas e veículos pesados, oferecendo soluções completas e uma experiência integrada de atendimento por canais presenciais e digitais. Sua atuação está fundamentada na disponibilização de produtos competitivos, na excelência do atendimento e na busca contínua pela geração de valor aos consorciados, acionistas e demais partes interessadas.

Ao longo do semestre, a Companhia manteve sua trajetória de crescimento e fortalecimento de mercado, ampliando o acesso dos clientes ao crédito por meio do sistema de consórcios e consolidando sua posição como importante instrumento de planejamento financeiro e formação patrimonial. Em 30 de junho de 2026, a Banrisul Consórcios administrava 114 grupos, com uma base de 64.368 cotas ativas, e destas 4.920 foram contempladas neste 1º semestre de 2026, disponibilizando mais de R\$ 415 milhões em crédito para a aquisição de bens. Os resultados alcançados refletem a efetividade das estratégias comerciais implementadas, a confiança dos consorciados na marca Banrisul e a capacidade da organização de adaptar-se às demandas do mercado, promovendo a expansão sustentável de seus negócios.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em alinhamento às diretrizes de seu controlador, adota práticas voltadas à promoção da diversidade, da inclusão, da igualdade de oportunidades e da valorização das pessoas, com o objetivo de assegurar um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de discriminação.

A Companhia não possui quadro próprio de empregados, sendo sua força de trabalho integralmente composta por profissionais cedidos por seu controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). Os indicadores de pessoal refletem a estrutura do controlador. Em dezembro de 2025, o Banrisul contava com 3.923 mulheres, correspondentes a 42,5% do quadro funcional. Em junho de 2026, o número de mulheres era de 3.991, representando 42,3% do total de empregados.

Nos cargos de liderança do Banrisul, havia 385 mulheres em dezembro de 2025, equivalentes a 33,9% do total dessas posições. Em junho de 2026, o número era de 380 mulheres, correspondendo a 33,8% dos cargos de liderança.

Considerando exclusivamente os empregados cedidos à Banrisul Consórcio, em dezembro de 2025 a Companhia contava com 28 mulheres, correspondentes a 51% do quadro de profissionais cedidos pelo Banrisul. Destas, 5 ocupavam posições de liderança, o que representava 71% do total de cargos de liderança existentes na Companhia.

Em junho de 2026, a Banrisul Consórcio contava com 27 mulheres, equivalentes a 50% do quadro de profissionais cedidos pelo Banrisul. Nesse período, 5 mulheres ocupavam posições de liderança, correspondendo a 63% do total de cargos de liderança da Companhia.

Com relação aos cargos de alta administração da Banrisul Consórcio, não havia participação feminina na alta administração em dezembro de 2025, situação que permaneceu inalterada em junho de 2026.

A remuneração dos empregados cedidos à Companhia observa os critérios estabelecidos pelo Regulamento de Pessoal do Banrisul, aplicados de forma uniforme aos ocupantes de cargos e funções equivalentes, sem distinção de sexo. A remuneração fixa, variável e eventual é definida com base em critérios objetivos relacionados às atribuições, responsabilidades, desempenho e enquadramento funcional, em consonância com as políticas corporativas do controlador.

Por fim, registramos nosso agradecimento aos consorciados, parceiros de negócios, fornecedores, conselheiros, colaboradores e acionistas pela confiança e apoio depositados na Companhia. O comprometimento de todos foi fundamental para os resultados alcançados e para a continuidade da trajetória de crescimento e geração sustentável de valor.

A Administração.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo			
Disponibilidades	6	<u>785</u>	<u>184</u>
Ativos Financeiros		<u>658.420</u>	<u>661.899</u>
Instrumentos Financeiros		<u>658.420</u>	<u>661.899</u>
Ao Custo Amortizado		<u>621.907</u>	<u>629.513</u>
Títulos e Valores Mobiliários	7a	599.109	605.064
Outros Ativos Financeiros	7b	22.798	24.449
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		<u>36.513</u>	<u>32.386</u>
Títulos e Valores Mobiliários	7c	36.513	32.386
Ativos Fiscais		<u>50.319</u>	<u>39.960</u>
Correntes		10.193	-
Diferidos	15b	40.126	39.960
Outros Ativos	8	<u>63.137</u>	<u>54.364</u>
Imobilizado		<u>3.799</u>	<u>4.346</u>
Imobilizado de Uso		8.263	8.286
(-) Depreciações Acumuladas		(4.464)	(3.940)
Total do Ativo		<u>776.460</u>	<u>760.753</u>
		<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo			
Passivos Financeiros		<u>5.765</u>	<u>40.723</u>
Ao Custo Amortizado		5.765	40.723
Outros Passivos Financeiros	9	5.765	40.723
Provisões Cíveis e Fiscais	10	<u>530</u>	<u>855</u>
Passivos Fiscais		<u>40.594</u>	<u>27.589</u>
Correntes		24.175	11.812
Diferidos	15d	16.419	15.777
Outros Passivos	11	<u>117.380</u>	<u>117.366</u>
Total do Passivo		<u>164.269</u>	<u>186.533</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12	330.000	330.000
Reservas de Lucros	12	282.191	244.220
Total do Patrimônio Líquido		<u>612.191</u>	<u>574.220</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>776.460</u>	<u>760.753</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	<u>Nota</u>	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Resultado da Intermediação Financeira		<u>45.379</u>	<u>37.182</u>
Receita com Títulos e Valores Mobiliários		46.236	37.342
Despesa com Títulos e Valores Mobiliários		(857)	(160)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>38.822</u>	<u>28.640</u>
Receitas de Prestação de Serviços	13	66.965	67.270
Outras Receitas		9.264	1.639
Outras Despesas Administrativas	14	(25.720)	(28.109)
Despesas Tributárias		(11.000)	(11.351)
Outras Despesas		(687)	(809)
Resultado Antes dos Tributos		<u>84.201</u>	<u>65.822</u>
Tributos sobre o Lucro	15a	<u>(20.726)</u>	<u>(20.080)</u>
Lucro Líquido do Semestre		<u>63.475</u>	<u>45.742</u>
Lucro Básico e Diluído por Ação (Em Reais - R\$)		<u>0,71</u>	<u>0,51</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Lucro Líquido do Semestre	63.475	45.742
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Efeitos tributários	-	-
Total do Resultado Abrangente do Período	63.475	45.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2025		330.000	32.378	31.184	92.155	(190)	485.527
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	45.742	45.742
Destinação do Lucro							
Constituição de Reservas	12b	-	2.287	2.287	30.113	(34.687)	-
Dividendos	12b	-	-	-	-	(10.865)	(10.865)
Saldos em 30 de junho de 2025		330.000	34.665	33.471	122.268	-	520.404
Saldos em 1º de janeiro de 2026		330.000	38.194	37.000	169.026	-	574.220
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	63.475	63.475
Destinação do Lucro							
Constituição de Reservas	12b	-	3.174	3.174	31.623	(37.971)	-
Juros sobre Capital Próprio	12b	-	-	-	-	(25.504)	(25.504)
Saldos em 30 de junho de 2026		330.000	41.368	40.174	200.649	-	612.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
<u>Atividades Operacionais</u>		
Lucro Líquido do Semestre Antes IR/CS	84.201	65.822
Ajustes do Lucro Líquido		
Reversões Provisões Cíveis e Fiscais	(324)	(14)
Outras Reversões de Provisões	(7.200)	(194)
Alienação de Valores e Bens	-	(77)
Variação Líquida de Contratos com Clientes (CPC 47)	6.680	-
Depreciação	555	550
Variações de Ativos e Obrigações		
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	644	(27.307)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	1.650	(53)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(1.072)	(3.989)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(12.792)	(13.748)
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	(250)	7.041
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18.873)	(16.871)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(2.865)	15.432
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	50.354	26.592
<u>Atividades de Investimento</u>		
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	5.956	-
Alienções de Imobilizado	-	77
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	5.956	77
<u>Atividades de Financiamento</u>		
Juros sobre Capital Próprio	(23.327)	-
Dividendos	(27.596)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(50.923)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes a Caixa	5.387	26.669
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre	31.174	58.268
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre	36.561	84.937
Aumento de Caixa e Equivalentes a Caixa	5.387	26.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Ativo			
Caixa e Equivalentes a Caixa		1.635	2.258
Aplicações Financeiras	18	808.916	780.197
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	19	1.034.346	970.812
Total do Ativo		<u>1.844.897</u>	<u>1.753.267</u>
Compensação			
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		47.608	52.475
Contribuições Devidas ao Grupo		3.682.485	3.813.756
Valores e Bens ou Serviços a Contemplar		3.164.460	3.342.618
Total da Compensação		<u>6.894.553</u>	<u>7.208.849</u>
Total do Ativo e da Compensação		<u>8.739.450</u>	<u>8.962.116</u>
		<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Passivo			
Obrigações com Consorciados		621.126	611.401
Valores a Repassar		17.313	14.741
Obrigações por Contemplações a Entregar		735.796	703.351
Recursos a Devolver a Consorciados		328.504	291.898
Recursos dos Grupos		142.158	131.876
Total do Passivo		<u>1.844.897</u>	<u>1.753.267</u>
Compensação			
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		47.608	52.475
Obrigações do Grupo por Contribuições		3.682.485	3.813.756
Bens ou Serviços a Contemplar		3.164.460	3.342.618
Total da Compensação		<u>6.894.553</u>	<u>7.208.849</u>
Total do Passivo e da Compensação		<u>8.739.450</u>	<u>8.962.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Disponibilidades no início do período	<u>759.513</u>	<u>742.018</u>
Caixa e equivalentes a caixa	550	2.330
Aplicações financeiras	758.963	739.688
Aplicações financeiras dos grupos	70.567	73.859
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	688.396	665.829
 (+) Recursos coletados	 <u>552.241</u>	 <u>593.530</u>
Contribuições para aquisições de bens	417.673	455.339
Taxa de administração	69.305	72.272
Contribuição ao fundo de reserva	15.138	15.360
Renda de aplicação financeira	43.126	39.766
Prêmios de seguros	2.593	2.923
Outros	4.406	7.870
 (-) Recursos utilizados	 <u>501.203</u>	 <u>553.093</u>
Aquisição de bens	379.223	417.103
Taxa de administração	69.451	73.522
Prêmio de seguros	2.643	3.012
Devolução a consorciados desligados	17.487	35.209
Outros	32.399	24.247
 Disponibilidades no final do período	 <u>810.551</u>	 <u>782.455</u>
Caixa e equivalentes a caixa	1.635	2.258
Aplicações financeiras	808.916	780.197
Aplicações financeiras dos grupos	73.120	76.847
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	735.796	703.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

Apresenta-se a seguir as Notas Explicativas integrantes do conjunto de demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nota 01 - Contexto Operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora", "Banrisul Consórcios", "Companhia") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados preferencialmente à aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como principal parceiro comercial o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"). Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, utiliza de forma compartilhada a infraestrutura tecnológica e administrativa do controlador mediante ressarcimento de custos, contexto no qual estas demonstrações financeiras devem ser compreendidas. A Banrisul Consórcios está situada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia disponibiliza soluções completas para a aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, máquinas e equipamentos agrícolas e veículos pesados, por meio de uma jornada integrada de atendimento presencial e digital. Com foco na automatização dos fluxos e na tecnologia — em especial pelo APP Consórcio voltado ao autoatendimento —, mantém a oferta de grupos atrativos e o suporte ágil à rede de agências e aos consorciados.

No primeiro semestre de 2026, foram contempladas aproximadamente 5 mil cotas nas modalidades de veículos e imóveis, disponibilizando mais de R\$ 415 milhões em crédito. Os resultados reforçam o posicionamento da Banrisul Consórcios como referência no setor e sua contribuição para a geração sustentável de valor aos acionistas.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), além da aplicação da Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020 e da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Resolução BCB nº 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.

O conselho de administração da companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 03 de agosto de 2026.

(b) Convergência às Normas Internacionais

A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica;
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016;

A Resolução BCB nº 6/2020 define os critérios e os procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas (constantes no Pronunciamento Técnico CPC 25) foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020.

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos teve sua aplicação estabelecida pelo Banco Central por meio da Resolução BCB nº 178/2022.

(c) Moeda Funcional

A moeda funcional da Banrisul Consórcios é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

(d) Continuidade Operacional

A presente demonstração financeira foi elaborada sob o pressuposto de continuidade operacional.

Nota 03 - Principais Práticas Contábeis da Administradora de Consórcios

As práticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios estão descritas nos itens a seguir.

(a) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência, independentemente de recebimento ou pagamento. As aplicações financeiras são atualizadas conforme rendimentos mensais. A taxa de administração dos contratos com clientes e as comissões para obtenção destes contratos são reconhecidas ao longo do período ao qual se refere o contrato com a cota de consórcio.

(b) Receita de taxa de administração

Conforme Resolução BCB nº 120/21 (CPC 47), o processo para reconhecimento da receita de taxa de administração engloba cinco etapas:

- **Identificação do Contrato com o Cliente:** O contrato refere-se ao acordo firmado entre a administradora e o consorciado para a prestação de serviços de organização e gestão do grupo de consórcio;
- **Identificação das Obrigações de Desempenho:** A principal obrigação de desempenho consiste na prestação contínua de serviços de administração do grupo, individualizada por cota, ao longo de toda a duração do contrato com o consorciado, incluindo atividades como apuração de contemplações e entrega da carta de crédito, organização de assembleias, gestão de recursos, controle de inadimplência e demais atividades administrativas. Essas obrigações podem ser satisfeitas em momento específico do tempo, ou ao longo do tempo;
- **Determinação do Preço da Transação:** Corresponde ao valor da contraprestação que a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente (cota), representado pela Taxa de Administração estabelecida contratualmente no Termo de Adesão, calculada como um percentual sobre o valor do bem ou serviço objeto do consórcio;
- **Alocação do Preço da Transação às Obrigações de Desempenho:** Dado que o contrato contempla essencialmente uma única obrigação de desempenho — a administração contínua da cota do consorciado desde sua adesão até o encerramento do grupo — a totalidade do preço da transação é alocada a essa obrigação de desempenho. Assim, a receita correspondente é atribuída uniformemente ou de acordo com o padrão de consumo do serviço ao longo do período contratual;
- **Reconhecimento da Receita:** Ocorre à medida que a companhia cumpre a obrigação de desempenho junto ao cotista, limitado ao encerramento do grupo de consórcio (mês da última assembleia). O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que considera a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido.

(c) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(d) Ativos e Passivos Financeiros

Os conceitos de ativo e passivo financeiro aqui descritos estão em conformidade com o Art. 2º, incisos I e XVIII, respectivamente, emanados pela Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com os modelos de negócios definidos pela Instituição ao Custo Amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e/ou ao Valor Justo por meio do Resultado, podendo haver reclassificações. Os passivos, em geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento dado para operações à Custo Amortizado e, em algumas exceções, conforme tratamento dado às operações à Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

As classificações dos ativos e dos passivos financeiros podem ser assim definidas:

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na demonstração de resultados, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada "outros resultados abrangentes". Os outros resultados abrangentes incluem itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na demonstração de resultados do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no balanço patrimonial e afetam o patrimônio líquido da

empresa, sendo reconhecidos na demonstração do resultado abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que são reclassificados para a demonstração de resultados.

- **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na demonstração de resultados da Instituição. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(d.1) Classificação dos Ativos Financeiros

O normativo destaca o requerimento de que a classificação contábil dos ativos financeiros deve ser dada com base nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e nos modelos de negócios da Instituição.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa - Teste de SPPJ

O Teste de SPPJ consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

Modelos de Negócio

Trata-se de um documento formalizado pela Instituição que representa a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de: obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no Teste de SPPJ).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A Instituição atualmente classifica os seus ativos financeiros com base nos seguintes modelos de negócios:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** Ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPJ). Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo adicionado aos custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva).
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

(d.2) Classificação de Passivos Financeiros

A companhia classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias. De acordo com o art. 9º da Resolução BCB nº 352/2023, os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado. Exceção constante no mesmo art. 9º da Resolução: os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas.

As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(d.3) Valor Justo e Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros observa os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O CPC 46 estabelece hierarquia de valor justo baseada nos dados utilizados nas técnicas de avaliação, classificando-os em três níveis:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade pode acessar na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos ou outras técnicas de avaliação cujos dados relevantes sejam observáveis direta ou indiretamente no mercado;
- Nível 3: técnicas de avaliação que utilizam premissas significativas não observáveis, baseadas em julgamentos e estimativas da Administração.

A mensuração do valor justo é realizada por meio de técnicas de avaliação que maximizam o uso de informações observáveis de mercado, incluindo preços de operações comparáveis, dados históricos e taxas de referência, conforme aplicável à natureza de cada instrumento financeiro.

(d.4) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Art. 1º § 3º da Res. BCB 352/23 afirma que os critérios para evidenciação em notas explicativas constantes na normativa não se aplicam para ativos provenientes de contratos da instituição com clientes. Embora a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito seja requerida.

A taxa de administração a receber trata-se de receita de prestação de serviços prestados pela Banrisul Consórcios conforme previsto no Regulamento de Grupos de Consórcios, o que descaracteriza como rentabilidade originalizada de concessão de crédito, visto que não há desembolso da Administradora para que o consorciado faça jus à utilização da carta de crédito.

A existência de garantias contratuais para cobertura das cotas contempladas inadimplentes reduz significativamente a exposição a perdas. Considerando o histórico de recuperação e a baixa materialidade dos impactos residuais observados, não foi registrada provisão para perdas relacionada a essas operações.

(e) Imobilizado de Uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear utilizando taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Os itens imobilizados e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Se houver perda, ela é

reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A companhia registra as operações de arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, desde que não conflite com a Resolução BCB nº 178/2022 a qual entrou em vigor em janeiro de 2025.

(f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes cumprem os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25:

- **Provisões:** reconhecidas quando há obrigação presente (originada de eventos passados), com provável saída de recursos para liquidação da obrigação cujo valor possa ter estimativa confiável.
- **Contingências Ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- **Contingências Passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

(g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo ativos fiscais e refletidos no resultado do período. O reconhecimento dos tributos diferidos é baseado nas expectativas atuais de realização das provisões constituídas, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

(h) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem provisões para riscos judiciais e provisões para perdas esperadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas anualmente.

Nota 04 - Principais Práticas Contábeis dos Grupos de Consórcios

As práticas contábeis adotadas para a Contabilidade dos Grupos de Consórcios estão descritas nos itens a seguir.

(a) Disponibilidades e Aplicações Financeiras

Recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço. A mensuração das aplicações financeiras é realizada pelo valor justo, conforme determina a Resolução BCB nº 352/2023.

(b) Direitos junto a Consorciados Contemplados

Registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante é calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(d) Contribuições Devidas ao Grupo e Obrigações do Grupo por Contribuições

Contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(e) Valores de Bens ou Serviços a Contemplar

Valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(f) Obrigações com Consorciados

Valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(g) Valores a Repassar

Valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(h) Obrigações por Contemplações a Entregar

Créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(i) Recursos a Devolver a Consorciados

Recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(j) Recursos dos Grupos

Recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

(k) Risco de Crédito

Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado.

Nota 05 - Resumo das Operações de Consórcios

As operações de grupos de consórcio apresentam as seguintes posições em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025.

Descrição	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Grupos administrados	114	138
Consortiados ativos	64.368	78.643
Bens entregues – no semestre	4.351	5.489
Bens entregues – total	33.629	39.744
Bens pendentes de entrega	7.819	8.304
Desistentes/Excluídos – no semestre	2.940	4.557
Desistentes/Excluídos – total	51.214	54.289

A taxa de inadimplência é de 4,86% (30/06/2025 – 3,81%).

Nota 06 - Caixa e Equivalentes a Caixa (Administradora)

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades - Depósitos Bancários à Vista ⁽¹⁾		780	163
Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ⁽²⁾	7c	35.781	31.011
Total		<u>36.561</u>	<u>31.174</u>

(1) Os saldos de disponibilidades são de R\$ 785 (31/12/2025 – R\$ 184), dos quais R\$ 5 (31/12/2025 – R\$ 21) referem-se a valores bloqueados judicialmente, o que resulta em R\$ 780 (31/12/2025 – R\$ 163) de caixa e equivalente a caixa.

(2) Aplicação com liquidez imediata, utilizada pela companhia para gestão de caixa.

Nota 07 - Ativos Financeiros (Administradora)

(a) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

	<u>30/06/2026</u>			<u>31/12/2025</u>
	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total	Total
Letras Financeiras ⁽¹⁾	121.597	477.512	599.109	605.064
Total	<u>121.597</u>	<u>477.512</u>	<u>599.109</u>	<u>605.064</u>

(1) As Letras Financeiras foram emitidas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com vencimentos entre 730 e 1.096 dias e rendimento médio de 107,2% do CDI. Para fins de mensuração, esses títulos estão classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

(b) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Outros Ativos Financeiros

	<u>30/06/2026</u>						<u>31/12/2025</u>
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Total	Total
Cotas de Consórcio Adquiridas	112	1.718	1.429	2.145	17.266	22.670	22.413
Serviços Prestados a Receber	-	-	-	-	-	-	1.257
Outras Rendas a Receber	-	-	-	-	-	-	361
Outros	128	-	-	-	-	128	418
Total	<u>240</u>	<u>1.718</u>	<u>1.429</u>	<u>2.145</u>	<u>17.266</u>	<u>22.798</u>	<u>24.449</u>

(c) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado - Títulos e Valores Mobiliários

	<u>30/06/2026</u>		<u>31/12/2025</u>
	Sem Vencimento	Total	Total
Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ⁽¹⁾	35.781	35.781	31.011
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário ⁽²⁾	732	732	1.375
Total	<u>36.513</u>	<u>36.513</u>	<u>32.386</u>

(1) Título classificado no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

(2) Saldo de acordo com o valor de contratos futuros divulgados pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Para fins de mensuração, esses títulos estão classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

Nota 08 – Outros Ativos (Administradora)

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Custo Incremental para Obtenção de Contrato ⁽¹⁾	48.679	52.712
Valores Vinculados a Ativos Financeiros ⁽²⁾	13.347	-
Outros	1.111	1.652
Total	<u>63.137</u>	<u>54.364</u>

(1) Comissões registradas de acordo com a Resolução BCB nº 120 (CPC 47).

(2) Saldo decorrente da segregação regulatória do imposto de renda incidente sobre títulos e valores mobiliários, cuja realização ocorrerá no resgate ou vencimento dos respectivos ativos financeiros.

Nota 09 – Outros Passivos Financeiros (Administradora)

	<u>30/06/2026</u>					<u>31/12/2025</u>
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Total
Obrigações de Arrendamento	-	127	391	1.128	159	1.805
Sociais e Estatutárias	155	-	-	-	-	155
Parceiros Comerciais	-	386	-	-	-	386
Obrigações com Partes Relacionadas	-	2.346	-	-	-	2.346
Outros	-	1.073	-	-	-	1.073
Total	<u>155</u>	<u>3.932</u>	<u>391</u>	<u>1.128</u>	<u>159</u>	<u>5.765</u>
						<u>40.723</u>

Nota 10 - Provisões Cíveis e Fiscais e Passivos Contingentes (Administradora)

A Banrisul Consórcios possui provisões e passivos contingentes para processos judiciais cíveis (decorrentes de processos movidos por consorciados) bem como provisões e passivos contingentes para processos judiciais fiscais (resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios). Não há provisões de ações trabalhistas. Observada a evolução dos processos judiciais prováveis, estima-se a liquidação de 27% das provisões cíveis até 2027 e de 73% em 2028; para as provisões fiscais, espera-se liquidação até 2028.

a) Provisões para Processos Judiciais Cíveis e Fiscais – Prováveis

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	<u>01/01/2026 a 30/06/2026</u>			<u>01/01/2025 a 30/06/2025</u>		
	Provisões Cíveis	Provisões Fiscais	Total	Provisões Cíveis	Provisões Fiscais	Total
Saldo Inicial	566	289	855	589	272	861
Constituição e Atualização Monetária	92	2	94	55	7	62
Reversão da Provisão	(148)	(269)	(417)	(76)	-	(76)
Baixas por Pagamento	(2)	-	(2)	(1)	-	(1)
Saldo Final	<u>508</u>	<u>22</u>	<u>530</u>	<u>567</u>	<u>279</u>	<u>846</u>

b) Passivos Contingentes

Os passivos contingentes fiscais encontram-se no quadro a seguir. Não foram constituídas provisões para passivos contingentes trabalhistas e cíveis classificados como possíveis pelos assessores jurídicos.

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Passivos Contingentes Fiscais	41.943	36.615

Nota 11 - Outros Passivos (Administradora)

	<u>30/06/2026</u>			<u>31/12/2025</u>		
	<u>Até 12 Meses</u>	<u>Após 12 Meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 12 Meses</u>	<u>Após 12 Meses</u>	<u>Total</u>
Taxa de Administração a Apropriar ⁽¹⁾	62.630	53.416	116.046	59.731	47.743	107.474
Provisões Operacionais	917	-	917	9.153	-	9.153
Outros	-	417	417	-	739	739
Total	<u>63.547</u>	<u>53.833</u>	<u>117.380</u>	<u>68.884</u>	<u>48.482</u>	<u>117.366</u>

(1) Antecipações de taxa de administração recebidas dos cotistas de grupos de consórcios a apropriar de forma linear conforme contrato com cliente.

Nota 12 - Patrimônio Líquido (Administradora)

a) Capital Social

O Capital Social no valor de R\$ 330.000 (31/12/2025 – R\$ 330.000) é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações.

b) Distribuição de Resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.

Conforme aprovação do Conselho de Administração, o valor pago a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no primeiro semestre de 2026 foi calculado nos termos da Lei 9.249/95.

	<u>30/06/2026</u>
Patrimônio Líquido Ajustado Exercício Anterior	574.220
(x) TJLP Acumulada	4,44%
(=) JSCP Pagos	25.504
Reflexos Tributários sobre JSCP Pagos (34%)	8.671

O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio no primeiro semestre de 2026.

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Lucro Líquido do Período	63.475	45.742
(-) Reserva Legal (5%)	(3.174)	(2.287)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	60.301	43.455
Dividendos Propostos (25%)	15.075	10.865
JSCP Distribuído (líquido imposto de renda)	21.041	-
Dividendos por Ações em Circulação – R\$	0,17	0,12

Nota 13 - Receita de Prestação de Serviços (Administradora)

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Taxa de Administração de Consórcio ⁽¹⁾	60.446	62.328
Taxa de Permanência sobre Recursos Não Procurados	5.018	4.836
Outras Receitas de Serviços	1.501	106
Total	<u>66.965</u>	<u>67.270</u>

(1) Receita reconhecida de acordo com a metodologia descrita na nota 3b.

Nota 14 - Outras Despesas Administrativas (Administradora)

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Serviços de Terceiros	(15.004)	(10.758)
Diretoria e Conselhos	(1.172)	(1.441)
Comissões de Vendas	(4.363)	(3.961)
Processamento de Dados	(2.416)	(2.365)
Propaganda, Publicidade e Patrocínios Diretos	(593)	(1.041)
Doações e Patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(647)	-
Provisões Operacionais	(917)	(7.490)
Diversas	(608)	(1.053)
Total	<u>(25.720)</u>	<u>(28.109)</u>

Nota 15 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Administradora)

(a) Conciliação do Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
Resultado Antes dos Tributos	84.201	65.822
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – IRPJ ⁽¹⁾	(24.531)	9.828
Adições (Exclusões) Permanentes/Temporárias – CSLL ⁽¹⁾	(24.619)	9.812
(=) Base IRPJ	59.670	75.650
(=) Base CSLL	59.582	75.634
Imposto de Renda	(15.533)	(18.900)
Contribuição Social	(5.362)	(6.807)
Deduções Doações e Patrocínios	647	-
IRPJ e CSLL Correntes	(20.248)	(25.707)
IRPJ e CSLL Diferidos	(478)	5.627
IRPJ e CSLL Registrados no Resultado	<u>(20.726)</u>	<u>(20.080)</u>

(1) Majoritariamente, as adições e as exclusões são temporárias e referem-se, em grande parte, a ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

	<u>Saldo Inicial</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>Saldo Final</u> <u>30/06/2026</u>
Provisões Operacionais	3.113	(2.802)	311
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	16	163	179
Receitas Antecipadas	36.540	2.916	39.456
Provisões Cíveis e Fiscais	291	(111)	180
Total do Ativo Fiscal Diferido	<u>39.960</u>	<u>166</u>	<u>40.126</u>

(c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Total</u>
2026	1.459	4.054	5.513
2027	2.200	6.111	8.311
2028	1.658	4.606	6.264
2029	1.310	3.639	4.949
2030	1.090	3.027	4.117
2031	815	2.264	3.079
Após 2031	2.089	5.804	7.893
<u>Total 30.06.2026</u>	<u>10.621</u>	<u>29.505</u>	<u>40.126</u>
<u>Total 31.12.2025</u>	<u>10.578</u>	<u>29.382</u>	<u>39.960</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 26.703.

(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Passivo

	<u>Saldo Inicial</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>Saldo Final</u> <u>30/06/2026</u>
Custo Incremental para Obtenção de Contrato	15.777	642	16.419
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>15.777</u>	<u>642</u>	<u>16.419</u>

Nota 16 - Transações com Partes Relacionadas (Administradora)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.

As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras, bem como o acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários administra o Fundo Premium e, em 2026, intermediou operação com Letra Financeira da companhia. Além disso, há relação com o Banrisul Instituto Cultural e Social, associação civil sem fins lucrativos integrante do Grupo Banrisul, para a qual foram realizadas doações no semestre, enquadrando-se assim como parte relacionada para fins de divulgação contábil.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>01/01/2026</u> <u>a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2025</u> <u>a 30/06/2025</u>
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	785	184	-	-
Ativos Financeiros	599.109	605.064	43.798	32.536
Outros Ativos	109	-	3	-
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	(27.538)	-	-
Convênio Prestação de Serviços	(2.346)	(2.713)	(18.331)	(10.162)
Outros Passivos	(900)	(1.030)	(901)	(815)
Banrisul S.A. Corretora de Valores				
Ativos Financeiros	-	-	(213)	-
Fundo Premium FI RF LP				
Ativos Financeiros	35.781	31.011	2.371	4.702
Banrisul Instituto Cultural e Social				
Outras Despesas Administrativas	-	-	(627)	-

Nota 17 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes (Administradora)

Em atendimento ao disposto no art. 34 da Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, que requer a divulgação segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes, a administração avaliou os eventos e transações registrados nos períodos apresentados e concluiu que o lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 63.475 (30 de junho de 2025: R\$ 45.742), foi integralmente gerado por operações recorrentes, não tendo sido identificados resultados classificados como não recorrentes nos termos da regulamentação aplicável.

Nota 18 - Aplicações Financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 808.916 (30/06/2025 - R\$ 780.197) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.

Nota 19 - Direitos Junto a Consorciados Contemplados (Grupos de Consórcios)

Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Curso normal	1.023.922	959.528
Em atraso	5.966	4.729
Em cobrança judicial	4.458	6.555
Total	<u>1.034.346</u>	<u>970.812</u>

Nota 20 - Gerenciamento de Risco

A Banrisul Consórcios adota estrutura de gerenciamento de riscos operacionais e de mercado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, e, em atendimento à Resolução nº 352/2023, reforça seu compromisso com a solidez, a transparência e a governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento de riscos está integrada aos processos estratégicos e operacionais da companhia, sendo compartilhada com seu controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), o que assegura sinergia, padronização e efetividade na gestão dos riscos relevantes.

Essa estrutura contempla políticas, procedimentos e sistemas voltados à identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais e de mercado, com base em critérios de materialidade e proporcionalidade. A governança de riscos é composta por instâncias com responsabilidades claramente definidas, respeitando a segregação de funções e assegurando o reporte tempestivo à alta administração.

A estrutura de controles internos é continuamente avaliada quanto à sua efetividade, por meio de testes periódicos e planos de ação corretivos, quando necessário. Relatórios gerenciais são elaborados com periodicidade definida, permitindo o acompanhamento sistemático dos riscos e contribuindo para a tomada de decisões fundamentadas e alinhadas ao apetite de risco da instituição.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, findo em 30 de junho de 2026. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, por unanimidade, opinamos que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2026.

Bruno Silva da Silveira
Conselheiro

Cesar Luis Baumgratz
Conselheiro

Felipe Moreira Cruzeiro
Conselheiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, aos Administradores e ao Acionista da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2026 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025, e respectivas notas explicativas, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das

variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2026 apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de fevereiro de 2026 e 26 de agosto de 2025, respectivamente, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

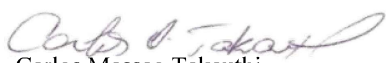
Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/0-6



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/0-4

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Gilberto Capoani
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Pompermayer - **Presidente**

Giusepe Lo Russo - **Conselheiro**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Thiago Lorenzom - **Conselheiro**
Werner Köhler - **Conselheiro**

Debora Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora
CRC RS-094261/O-7

